



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 43ª reunião, realizada em 18 de junho de 2019

1 Em 18 de junho de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes. Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo
6 Santana, representante da SEMAD; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de
7 Estado de Educação (SEE). Representantes do poder público municipal: Bruna
8 de Souza Otoni, da Prefeitura Municipal de Araçuaí; Fádua Gisele Silva, da
9 Prefeitura Municipal de Itabirito. Representantes dos usuários de recursos
10 hídricos: Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais
11 (Cemig); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de
12 Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura
13 e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Representantes da sociedade
14 civil: Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da
15 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); José de Castro Procópio, do
16 Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas. **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.**
17 O presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou aberta a 43ª reunião da
18 Câmara Técnica de Planos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**
19 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Ontem, foi publicado um livro do qual eu
20 participei como um dos editores (editor-chefe), que é ‘Manejo Integrado de
21 Recursos Hídricos’. Traz a essência do manejo integrado, uma coisa muito mais
22 complexa do que imaginamos, e tem a participação de experiências de mais ou
23 menos oito países, com professores que contribuíram da Coreia, México, Costa
24 Rica, Irã... Vários países. Traz a questão dos tratados transfronteiriços, como se
25 trabalha com isso, coisa com que o Brasil praticamente não tem tido problema.
26 Em outros países, é um problema sério. A questão do mercado da água, traz
27 experiências que deram certo e que não deram. Esse livro foi publicado ontem,
28 todo em inglês, e já está disponível para compra. Chama-se ‘Integrated Water
29 Resources Management’, está disponível na Amazon, editora Springer. Eu
30 fiquei de receber uns dois ou três volumes, e vamos ver se, na oportunidade,
31 fazemos um sorteio aqui para um Conselho.” Conselheiro José de Castro
32 Procópio: “Na verdade, como é a câmara de planejamento, ontem foi falado da
33 possibilidade de cobrança no Estado todo. A pergunta é se nesse estudo está
34 prevista alguma forma de atualização automática dos valores de cobrança. Por
35 exemplo, no caso Velhas, a aprovação continua com os mesmos valores, sem
36 nenhuma correção mercadológica.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana:
37 “Dentro daquela discussão do termo de cooperação, que a nossa contrapartida

38 estaria vinculada ao estabelecimento da cobrança no Estado, haverá uma
39 proposição de cronograma com prazo para o Conselho Estadual definir critérios
40 Gerais e uma proposta, que vai ser discutida dentro do grupo trabalho, de
41 indexador de correção. Seja IPCA, IGPM, isso vai ser discutido dentro do grupo,
42 mas a proposta vai caminhar nesse sentido, além da proposição de uma
43 fórmula base, até para alguns Comitês que, porventura, não consigam, dentro
44 da discussão, definir a sua metodologia, para que seja a inicial, até que se
45 redefina. E a proposição também vai caminhar para uma revisão geral de todos
46 os critérios de cobrança já estabelecidos no Estado. Vai ser uma proposta bem
47 ampla, mas que sairá do Conselho. Nós vamos chamar a reunião do Grupo de
48 Trabalho de Cobrança agora no início de julho.” **3) EXAME DA ATA DA 42ª**
49 **REUNIÃO DA CTPLAN.** Aprovada por unanimidade a ata da 42ª reunião da
50 Câmara Técnica de Planos, realizada em 21 de maio de 2019, com abstenção
51 da Prefeitura Municipal de Itabirito. **4) RECOMPOSIÇÃO DE**
52 **REPRESENTANTES DOS RIOS DO LESTE NO GRUPO DE**
53 **ACOMPANHAMENTO TÉCNICO (GAT) DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE**
54 **BACIA DOS RIOS MUCURI, SÃO MATEUS E RIOS DO LESTE.**
55 **Apresentação: IGAM.** Após apresentação por Maria de Lourdes Amaral
56 Nascimento/IGAM nesta sessão, a Câmara Técnica de Planos aprovou por
57 unanimidade a manutenção das indicações já feitas anteriormente para a
58 composição do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) da Elaboração do
59 Plano de Bacia dos Rios Mucuri, São Mateus e Rios do Leste e determinou o
60 encaminhamento de ofício às prefeituras dos respectivos municípios para
61 indicar representantes para o grupo. Foi recebida nesta sessão da CTPLAN a
62 indicação prévia das Prefeituras de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto
63 Caparaó para compor o Grupo de Acompanhamento Técnico. **5)**
64 **DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE MODELAGEM INSTITUCIONAL**
65 **ÓTIMA PARA O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**
66 **EM MINAS GERAIS. Apresentação: DGAS/IGAM.** Proposta retirada de pauta
67 com pedido de vista da Prefeitura de Araçuaí e vista conjunta solicitada pelo
68 Instituto Guaicuy. Justificativas de pedidos de vista. Conselheira Bruna de
69 Souza Otoni: “Hoje nós temos cadeira aqui CTPLAN, mas a Prefeitura de
70 Araçuaí também é presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.
71 Por achar que influencia suas unidades estratégicas hoje, que são as 36
72 Bacias, nós precisamos de um tempo para elaborar algo mais concreto. Porque
73 é uma decisão que vai influenciar diretamente no modo de gestão dessas
74 unidades. Essa é a minha justificativa.” Conselheiro José de Castro Procópio:
75 “Nós do Instituto Guaicuy estamos nessa luta da 9.433, da questão da
76 conceituação de Bacia Hidrográfica, que é modelo de gestão ao fazer união de
77 bacias contíguas, mesmo que tenham identidade. E nós vemos o estudo com
78 uma certa preocupação, porque me parece muito no viés econômico de
79 facilitação apenas de gestão, mas em termos de educação, da realidade da

80 Bacia, dos Comitês que já estão instalados e funcionando, é uma ruptura muito
81 grande, e não dá para se decidir aqui o que precisaria ser dentro da política de
82 uma gestão participativa, de ouvir, inclusive, os Comitês. Inclusive, vários fóruns
83 mineiros estão aqui presentes até pedindo a palavra. Se fosse possível, pelo
84 Regimento, escutá-los também aqui nessa manifestação. Nós temos uma
85 preocupação de tentar ouvi-los para trazer, nessa manifestação, nesse parecer,
86 um pouco desses posicionamentos.” **Manifestações.** Marcus Vinícius
87 Polignano/CBH Velhas: “Eu quero falar aqui como coordenador geral do Fórum,
88 como presidente do CBH Velhas. Primeiro, nós estamos muito indignados
89 enquanto Comitês de Bacia, com a forma como esta questão está sendo
90 tratada. Está vindo para cá já uma minuta de deliberação. Isso nos foi,
91 simplesmente, apresentado em uma reunião do Fórum Mineiro, não foi dado
92 nenhum tipo de abertura para discussão da proposta. E, o que é mais sério, eu
93 acho que a proposta faz vários equívocos, tenta transferir a responsabilidade de
94 problemas de gestão para dentro dos Comitês de Bacia e discutir a modelagem
95 como uma solução, como se o problema fosse a modelagem. Eu quero dizer
96 que não é verdade, isso não diz da verdade, porque nós, Comitês de Bacia,
97 temos dois grupos: com cobrança e sem cobrança. Nós temos 24 Comitês sem
98 cobrança. Dos 24 Comitês sem cobrança, não está sendo repassado – o que
99 era uma deliberação legal –, há mais de cinco anos, recurso para os Comitês.
100 Então fazer uma crítica aos Comitês como se eles fossem um penduricalho do
101 Sistema, irresponsável pelas faltas de operacionalização dos instrumentos de
102 gestão, é absolutamente inverídico, não diz a verdade e coloca, na verdade, o
103 Sistema em um confronto entre órgão gestor central e órgão executor, que são
104 os Comitês de Bacia. Porque muitos dos instrumentos de gestão são de
105 competência exclusiva do órgão gestor, que não os opera, que não os tem.
106 Então transferir isso para uma ideia de modelagem é absolutamente um
107 equívoco. Nós fizemos um documento. Eu sei que não é o momento, mas quero
108 fazer um apelo a esta Câmara para que se aborte esse processo no seu
109 nascedouro pelos equívocos que o processo tem. No documento que fizemos
110 nós levamos em consideração vários pontos que estão postos. Algumas
111 premissas que são utilizadas, como a questão de grande aporte de recursos
112 para atividade meio que não reflete as atividades finalísticas. O que é recurso
113 para atividade meio? O Comitê não tem recurso. Então dizer que nós estamos
114 gastando dinheiro com recurso meio... Outra coisa: remodelagem de
115 instrumentos de planejamento não pragmáticos e mais pragmatismo e
116 efetividade. Os instrumentos são aplicados na medida em que os Comitês têm
117 recursos técnicos, administrativos e operacionais para o exercício das suas
118 funções. Não se pode requerer pragmatismo e efetividade sem recursos. A
119 ineficiência e a ineficácia não são responsabilidade dos Comitês e, sim, do
120 Estado. A informação de base que atenda à demanda da tomada de gestão. A
121 questão da informação de base é competência do órgão gestor, hoje nós não
122 temos nem um sistema de informação de outorga confiável no Estado, e quer

123 transferir isso para a responsabilidade do Comitê? Mecanismo que possa atuar
124 junto com os instrumentos de gestão. A centralização que está sendo proposta
125 vai na contramão. Se aumentamos a escala, como é que nós vamos nos
126 aproximar dos problemas na sua ordem de grandeza em relação aonde eles
127 acontecem? Quero aqui dar o exemplo do Velhas, que tem subcomitês, dado
128 que a própria estrutura do Comitê se mostra por vezes ineficiente para resolver
129 problemas de conflito. E por outro lado o que foi o fator preponderante de toda
130 essa modelagem foi absolutamente o fator econômico, ele rompe com
131 praticamente a visão da Bacia e divide o Estado no perfil de cinco grandes
132 áreas, que não dizem, inclusive, da verdade de cada área. Nós temos o núcleo
133 de expansão da região metropolitana, potencial de expansão de cana-de-
134 açúcar, potencial de exploração mineral, adensamento controlado, potencial de
135 desenvolvimento urbano e industrial e nucleação urbana. Dividir o Estado de
136 Minas em divisões absolutamente abstratas, sem nenhum critério mais técnico-
137 científico que justifique? E o que a lei nos diz é o seguinte: nós temos que
138 defender o uso múltiplo das águas para todos. Então não podemos delimitar em
139 uma lógica absolutamente econômica uma modelagem que é de Bacia
140 Hidrográfica, de gestão de recursos hídricos e que, portanto, não pode estar
141 submetida nesse processo. Então quero dizer que os Comitês têm que ser
142 ouvidos nesse processo, isso não pode ser uma coisa atabalhoada, feita,
143 simplesmente, em uma Câmara Técnica ou até no Conselho Estadual de
144 Recursos Hídricos. Então nós entendemos que isso tem que ser discutido pelo
145 conjunto dos Comitês de Bacia, e quero dizer que essa proposta tem vários
146 equívocos, que não vamos tirar, porque a discussão da questão da
147 implementação da política de gestão de recursos hídricos não é uma discussão
148 técnica, é uma discussão política, é o Estado que tem que determinar a
149 efetividade ou não disso. E o que nós temos visto ao longo do tempo é um
150 Estado realmente omissos em relação à gestão do recurso e, principalmente, na
151 questão da operacionalização dos Comitês de Bacia. Então nós temos que
152 rever isso aqui, isso não vai nos tirar dessa situação. É um apelo que eu faço.
153 Isso não vai nos engrandecer, não vai nos tornar melhor, não vai não resolver
154 nosso problema de gestão e vai, sim, romper com toda uma história construída
155 ao longo de pelo menos 20 anos no Estado de Minas, que tem sido exitosa.
156 Então nós temos que consertar os erros, não criar novos modelos que vão nos
157 gerar mais problemas e mais divisões ou menos integrações. Então é essa a
158 posição que o Fórum queria trazer para todos aqui.” Odorico Pereira de
159 Araújo/Fiemg: “Eu fico pensando, às vezes é até muito triste pensar no meu
160 lado. Eu acho que nós temos um Conselho onde nós temos que pensar no todo,
161 onde pensamos, discutimos e tomamos decisões. Então eu fico muito triste com
162 isso. Eu acho que temos que entender que o sistema foi bom foi, mas que
163 precisa avançar. E se não avançar agora nós vamos continuar com o mesmo
164 dilema: quem é que vai desligar a bomba primeiro? Essa é a pergunta que eu
165 faço. Mesmo que tenhamos a garantia, pela 9.433, em situação de escassez

166 hídrica, de abastecimento público e dessedentação de animais, isso hoje já não
167 nos garante. Essa é uma grande preocupação que temos. Então se não
168 pensarmos em evoluir e em ter uma nova política, não pensarmos no tripé
169 Comitê de Bacia, órgão gestor e entidade delegatária, nós não vamos sair do
170 lugar. Isso me preocupa muito, porque precisamos garantir água para a
171 sociedade e para o futuro. É dessa forma que temos que pensar, Polignano, se
172 não nós não vamos conseguir, nós vamos continuar patinando e não vamos sair
173 do lugar. Isso me preocupa bastante. Então temos que começar a pensar. Se é
174 o modelo ideal ou não, nós temos que discutir e fazer uma proposta. Em
175 contrapartida com a proposta do Estado, nós fizemos uma proposta. Não sei se
176 é a melhor, mas estamos abertos a discutir, simplesmente a colocamos para
177 discutir. Então é esse o caminho. Oportunidade vocês tiveram de apresentar
178 uma proposta, e eu não vi uma proposta da sociedade civil, não vi uma proposta
179 do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias. Eu acho que deveria, sim, ter uma
180 proposta aqui hoje, e não tem. Eu acho que não adianta ficar falando e não ter
181 resposta. É o que eu peço para vocês, que pensem muito bem o caminho que
182 queremos para a gestão hídrica do Estado. Se é isso que nós estamos
183 querendo, vocês me perdoem, nós estamos no caminho errado.” Paulo Roberto
184 Carvalho/Comitê da Bacia do Alto Rio Grande: “Às vezes escutamos algumas
185 coisas que nos deixam muito tristes. Eu estou envolvida com o Comitê da Bacia
186 do Alto Rio Grande há dez anos e chegar aqui hoje e ouvir que o que se fez até
187 agora foi bom e pode melhorar, é brincadeira ouvir esse tipo de coisa. Comitê
188 que não tem a sala para funcionar, que mal tem a secretária, que nunca
189 recebeu apoio necessário para poder fazer os seus trabalhos, sendo usado
190 como uma propaganda de política de recursos hídricos? E ouvir que foi bom?
191 Vá lá trabalhar, vá lá conseguir juntar pessoas, mobilizar, como nós fazemos, o
192 que é difícil de se fazer, e manter os Comitês ainda ativos sem o mínimo de
193 apoio do Estado. E ter que ouvir isso? Desculpem-me, eu acho que a realidade
194 que vocês estão vivendo aqui não é a realidade que se vive lá. Não é mesmo.
195 Eu já discuti lá no Comitê. Particularmente, eu não sou contrário a uma proposta
196 de alteração de modelagem, só que tem que ser discutida, levada aos Comitês
197 e debatida. Isso aqui é um processo democrático ou não? Os 300, 400, 500
198 conselheiros estão lá fazendo o quê? E no momento em que precisam ser
199 ouvidos são simplesmente ignorados? A minha posição eu já falei no Comitê
200 ontem, eu não sou contrário, mas quero ter a oportunidade de discutir e levar
201 aos participantes, às prefeituras, aos sindicatos rurais, às cooperativas, a todos
202 os participantes que estão lá voluntariamente, reunindo, discutindo, debatendo,
203 aprovando outorga, discutindo seus problemas lá, para terem oportunidade de
204 se manifestar naquilo em que hoje eles fazem parte. Para que essa pressa
205 toda? Vocês acabaram de aprovar a prorrogação do nosso mandato para 2022
206 e vão caçar o nosso mandato também agora? Vai se aprovar e cassar o
207 mandato de quem foi eleito, de quem foi nomeado e teve prorrogado o mandato
208 por vocês? Eu tenho mandato até 2022, eu não vou abrir mão, a não ser que

209 me cassem o mandato. Então o que nós queremos é o processo democrático
210 de debate de modelagem. Não só modelagem do Comitê, tem que se discutir a
211 modelagem do IGAM também, que talvez seja muito mais importante. E sempre,
212 nas reuniões que temos com a Marília, colocamos isso. É possível o IGAM
213 querer exercer a política hídrico no Estado com 82 funcionários, que são a
214 estrutura atual? Vá ao Regional Sul. Quantos funcionários tem para atender à
215 Supram Sul toda? Um, dois. Isso é brincadeira. Então não estamos aqui
216 questionando somente a nossa situação, estamos questionando que, se vai
217 tratar de modelagem de sistemas de gestão de recursos hídricos, vamos fazer a
218 modelagem de cima até embaixo, vamos envolver a discussão que é muito mais
219 ampla do que se está propondo aqui.” Nádia de Oliveira Rocha/CBH Caratinga:
220 “Coordenadora adjunta do Fórum e presidente do Comitê de Bacia do Rio
221 Caratinga, criado em 1999. São 20 anos de lutas, 20 anos de criação, 20 anos
222 de militância para chegar aonde nós chegamos hoje. Eu fiquei um pouco
223 indignada também com o que ouvi aqui antes, porque não foi brincadeira um
224 Comitê fazer 25 planos municipais de saneamento básico – só no nosso Comitê
225 –, com investimento da cobrança bem-aplicado. Nós servimos a várias
226 prefeituras, são 187, se não me engano, na Bacia do Doce. Então isso não é
227 nada, isso não é trabalho do Comitê? Isso é ficar só patinando durante 20
228 anos? Não. E isso não foi mérito meu, não foi mérito do Fórum, não foi mérito
229 dos dirigentes que estão presentes. Isso é mérito do conjunto de militância do
230 Comitê, passando pelas prefeituras, passando pelos agricultores familiares que
231 fazem parte do Comitê e que tiveram essa discussão, passando pelos usuários
232 e passando pelos representantes do Estado, normalmente ausentes nas
233 grandes discussões do Comitê. Então não é possível, uma discussão dessa,
234 que nos foi trazida oficialmente nos dias 13 e 14 de maio, na última reunião do
235 Fórum, em que nos foi colocado naquela reunião do Fórum que isso era uma
236 questão que iria ser discutida, inclusive, levada para discussão dos Comitês,
237 com a presença do IGAM, para nos ajudar nessa discussão. Nós estamos
238 esperando. Então nós estamos convocando. Tivemos oportunidade e estamos
239 convocando os Comitês. Não é absurdo, eu não me sinto, enquanto Fórum
240 Mineiro, na responsabilidade de fazer uma proposta, viu, companheiro. A
241 proposta que o Fórum Mineiro faz sobre modelagem é a proposta que vem da
242 base dos Comitês, é lá que eles começam a trabalhar. Tudo que construímos a
243 gente não constrói por cima, mas por baixo, vindo de baixo. Por isso, eu acho, o
244 Paulo está certo. Em princípio, sentíamos uma revolta de ser conta a
245 modelagem, mas não é essa a perspectiva que estamos apresentando aqui
246 agora, ela tem que ser discutida, trabalhada, modificada e aceita ou não. Quer
247 dizer, a minha opinião inicial é que eu acho que é fundamental continuarmos
248 com o movimento de base, com o Comitê dentro de sua Bacia e, mais do que
249 isso, nas sub-bacias dos nossos Comitês. Porque essa é a única forma que
250 temos para fazer essa discussão de recursos hídricos chegar à agricultura
251 familiar, chegar ao produtor de água e ao caçador de água também. Eu não

252 vejo outra forma. Por isso a nossa solicitação hoje é que pelo menos tenhamos
253 tempo de discutir essa questão na base dos Comitês e fazer com que essa
254 base seja respeitada. Porque ela durante anos e anos militou gratuitamente
255 para construir o projeto, e esse projeto não pode, simplesmente, de cima para
256 baixo, ser desmoronado.” Wilson Guilherme Acácio/CBH Preto-Paraibuna: “Eu
257 sou presidente dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna. Primeiro,
258 aquele nome ali não me agrada muito: modelagem institucional ótima. E ‘ótima’
259 não existe. Primeiro, trocar o nome. Mas eu quero agradecer aos dois
260 conselheiros que, em nome do Fórum Mineiro, pediram vista desse processo.
261 Aqui nesta Casa já estava hoje uma minuta para aprovar esse processo. Cadê a
262 discussão democrática, transparente, com a sociedade, com os segmentos?
263 Nós queremos que os quatro segmentos que compõem o Comitê de Bacia
264 Hidrográfica sejam ouvidos: os usuários, com toda razão; a sociedade civil, as
265 prefeituras e o Estado. Será que todos os órgãos do Estado estão favoráveis a
266 isso? Ou está vindo de cima para baixo? Houve discussão ampla? É muito sério
267 vocês já trazerem para duas reuniões uma minuta de uma deliberação que vai
268 ser aprovada. Se não houvesse essa nossa manifestação, seria aprovada,
269 certamente. Nós temos um compromisso com 36 Comitês, são quase 2.000
270 pessoas envolvidas. Imagine eu chegar ao meu Comitê amanhã, foi aprovado
271 aqui: ‘Onde você estava que não viu isso, por que você não nos informou?’ Eu
272 estou pegando como modelo. Certamente, os 36 presidentes de Comitês seriam
273 cobrados. E aí como nós ficaríamos perante os nossos conselheiros e
274 conselheiras? É uma situação triste, vamos refletir sobre isso. E eu quero fazer
275 algumas perguntas. Será que este Conselho sabe? O meu Comitê tem quase
276 R\$ 4 milhões contingenciados, nós nunca recebemos nenhum tostão para
277 elaboração de programas e projetos da cobrança. E o governo ou os governos
278 pegam esse dinheiro que seria para aplicação nas Bacias e gastam com outras
279 coisas. O IGAM foi à nossa plenária de novembro do ano passado, e houve
280 uma festa quando se contrataram 13 empresas para ajudar a fazer a gestão dos
281 Comitês que não têm cobrança. A dona Alice não está aqui, a nossa
282 conselheira-mor. Estava lá um representante do IGAM, e eu falei ‘agora a dona
283 Alice vai parar de reclamar’. E nós já estamos no meio do ano, as empresas
284 foram contratadas, e até agora não houve a solução do problema. E aí os
285 Comitês, os pobres coitados ficam sem secretária, sem telefone. E aí vêm
286 cobrar que nós temos que ser eficientes? E o Polignano já falou aqui muito bem.
287 Então está na hora de fazer uma discussão mais profunda, mais democrática,
288 mais transparente da real situação dos Comitês. Eu acho que é isso que tem
289 que ser feito primeiro. O estudo da realidade, um retrato 3 por 4 da situação
290 caótica, principalmente dos Comitês que não têm cobrança. Como você vai
291 fazer política de água se não tem um telefone, não tem uma secretária, não tem
292 uma sede? A grande maioria dos Comitês sequer tem sede. E aí ficam
293 cobrando da gente nesse documento? E aqui eu quero reforçar as palavras do
294 Paulo. O representante do IGAM esteve lá, nós elogiamos a apresentação. Eu

295 não quero ser incoerente. A apresentação foi muito didática, muito boa. Mas
296 houve uma promessa – não sei se do representante ou da instituição – de uma
297 discussão democrática. De repente, ‘nós fomos escolhidos, fomos chamados,
298 vamos lá, porque vai ser votado amanhã’. Nós não estamos contra discutir o
299 modelo. Eu, particularmente, como geógrafo, gostaria de ter, sim, uma
300 discussão mais profunda. Eu não estou contra, quero que haja transparência na
301 discussão. Quem fez o documento certamente foi uma instituição. Nós temos
302 aqui várias universidades, várias instituições técnico-científicas. Por que não
303 chamar e fazer um modelo realmente interessante para que beneficie a
304 sociedade? O que nós queremos com tudo isso é a melhoria da qualidade de
305 vida das pessoas. Será que esse modelo está atendendo a isso? Esse é o
306 objetivo? Ou, como mostrou o Polignano, é só economicista? Nós temos que
307 colocar os homens, as mulheres, as crianças, os velhos, enfim, a sociedade
308 acima de tudo dessa proposta que nos foi apresentada.” Wagner Villa
309 Verde/Prefeitura de Espera Feliz: “Dadas as falas de todos aqui anteriores, eu
310 ressalto a importância do que foi falado, mas o foco da minha fala é outro, está
311 diretamente relacionado, mas é sobre uma questão que vimos aqui representar.
312 Eu sou do município de Espera Feliz, secretário de Meio Ambiente lá. O Rafael,
313 que está ali presente, é de Alto Caparaó. Nós estamos aqui representando
314 quatro municípios, e a nossa fala é para solicitar ao Conselho aqui presente que
315 olhe para esses municípios com cuidado. Nós somos quatro municípios
316 extremamente importantes. Eu acho que todo mundo aqui vai ressaltar sua
317 importância e sua singularidade, porém nós somos quatro municípios que não
318 fazemos parte de nenhum Comitê, não somos incluídos em Comitê algum. Isso
319 é algo grave para a gestão hoje. Nós conduzimos o município sem fazer parte
320 de um Comitê. E onde está o problema nisso? Nós somos municípios vizinhos
321 ao Parque do Caparaó e o aporte turístico da região. E é muito feio para quatro
322 municípios vizinhos ao Parque do Caparaó não fazer parte de nenhum Comitê
323 de Bacia. E a gravidade da situação é que, ao não fazer parte de nenhum
324 Comitê de Bacia, nós não temos os recursos disponíveis pelo Comitê de Bacia,
325 não temos também, por exemplo, o direito de participar de editais da Funasa. E
326 se olharmos para as diretrizes e objetivos, tanto do IGAM como da Funasa, a
327 importância está lá descrita. Nós precisamos fazer parte de um Comitê de Bacia
328 até por sua integralidade. Então hoje a minha fala é simplesmente isso. Nós nos
329 deslocamos aqui para levantar essa questão, para que olhem para esses quatro
330 municípios, para que sejamos integrantes efetivos de um Comitê de Bacia, seja
331 lá qual for a decisão. Ressalto que, a princípio, cogitou-se que seríamos
332 representantes das Bacias do Leste, e aí ficamos preocupados com isso,
333 porque somos municípios da Zona da Mata, a diferença social, cultural,
334 econômica e de IDH dos municípios que estamos aqui representando com
335 relação aos das Bacias do Leste é muito grande. Então nós ficamos um pouco
336 receosos com relação a essa colocação. Mas, de imediato, a importância maior
337 é fazer parte de um Comitê, porque hoje estamos na sombra, não fazemos

338 parte de nenhum. Os municípios são Espera Feliz, Alto Caparaó, Caparaó e
339 Caiana.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Realmente, são municípios
340 que estão na bacia pequena que vai para o Espírito Santo e ficam realmente
341 deslocados. Não estão nem no Doce nem no Paraibuna. É uma cabeceira do
342 Itabapoana que é muito pequena, pega poucos municípios, uma região
343 realmente importante. E, como ele disse, estão na Zona da Mata e não se
344 parecem com as Bacias do Leste, do norte, e ficam até separados
345 geograficamente, porque a Zona da Mata ali, em grande parte, está no Doce e
346 separa das outras lá de cima.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Há uma
347 proposta de suspender essa discussão e levarmos para o Fórum Mineiro junto
348 com o IGAM.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu faço questão de fazer
349 alguns comentários aqui porque eu sou primeiro suplente e não sei se na
350 próxima reunião eu poderia participar. Mas eu li com um pouco mais de calma
351 essa minuta e todo o material que foi passado para nós. Vendo a fala do
352 pessoal, muito do que eles colocaram aqui realmente eu havia pontuado. Uma
353 delas é a questão de fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Eu
354 não sei até que ponto vamos ferir algum desses fundamentos. Um deles é a
355 questão da Bacia como unidade de planejamento. Eu não sei se essa proposta
356 distorce um pouco isso a partir do momento em que temos regiões hidrográficas
357 ou um agrupamento feito por várias características. Eu confesso que fiquei
358 também confuso com relação a isso. A questão também do fundamento, que é
359 a gestão descentralizada e participativa. Eu iria perguntar aqui, e praticamente
360 foi dada a resposta, a questão da consulta aos Comitês, até que ponto esse
361 nível de discussão chegou também aos Comitês. Eu acho que é extremamente
362 importante, nós precisamos debater um pouco mais, e concordo que deva haver
363 alguma análise e, depois de uma análise mais profunda, verificar se um novo
364 modelo é interessante. Mas até mesmo a proposta inicial, em 2002, se não me
365 engano, quando foi aprovada a DN 06, parece que foi algo instituído de cima
366 para baixo, de se estabelecerem as unidades de gestão e planejamento. Eu
367 vivenciei um pouco do que foi colocado aqui como membro do Comitê do Verde
368 Grande, a falta de estrutura, falta de recursos. E realmente não dá para fazer
369 gestão sem isso. E agora fazer esse tipo de cobrança, pontuar isso como
370 quesito de ineficiência, como justificativa para um novo agrupamento, é uma
371 coisa realmente complicada. Eu fico pensando se de repente não seria
372 interessante o surgimento de um novo ente nesse processo de gestão. Isso me
373 passou agora, por isso ainda não coloquei como proposta. Porque se propõem
374 aqui as UEGs, mas por que não manter os Comitês e ter como um processo de
375 gestão esse novo ente de forma que as ações para implementação dos
376 instrumentos de gestão fossem feitas via essas regiões de gestão ou essas
377 unidades estratégicas de gestão? Para talvez atender a um propósito que seria
378 a questão de otimizar recursos do IGAM, do Estado, mas que essa aglutinação
379 não fosse feita com a desestruturação ou a dissolução dos Comitês. E eu
380 confesso que ainda não entendi até que nível isso vai chegar. A partir de

381 amanhã, vamos supor – ainda vai para o Conselho Estadual –, de um dia para o
382 outro, como foi colocado, esses Comitês vão ser extintos, vai ser dado um
383 prazo? Como fica isso? É muito complicado. Eu sempre falo com meus alunos
384 quando dou aula de planejamento e gestão que até mesmo quando você vai
385 organizar uma gaveta você precisa, obviamente, passar por um processo de
386 desorganização para você planejar, ver o que você tem e organizar isso dentro
387 de uma gaveta. Mas corremos perigo, se fizermos isso de uma forma muito
388 apressada, de algumas dessas coisas que estão dentro da gaveta ficarem fora.
389 É algo muito complexo, eu concordo com o pessoal, eu acho que precisamos de
390 mais discussão de base. Não sei como ficaria isso porque, logisticamente,
391 reunir 36 Bacias e colocar para cada uma delas o que se está propondo é
392 complicado. Mas que houvesse uma forma, até mesmo em cima dessa nova
393 proposta de UGs, que pudessem aglutinar pessoas interessadas entre Comitês
394 e fazer discussões mais locais. É muito difícil quando vemos aquela aglutinação
395 e vemos área definida para o plantio de cana-de-açúcar, potencial expansão de
396 mineração... Eu confesso que não vi muita lógica em alguns pontos aqui. Talvez
397 isso precisasse ser melhor explicado. Eu acho que precisamos pensar em uma
398 dinâmica, em uma forma de a base ser melhor esclarecida e colocar seu ponto
399 de vista com relação a isso.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu
400 concordo muito com você, Edson. Eu confesso um ato falho de não ter
401 apresentado uma proposta, porque eu fiquei em dúvida. Quando vejo essa
402 apresentação, eu fico sem base conceitual para uma análise mais profunda do
403 resultado. Têm alguns slides, alguma frase, mas quais são as bases maiores
404 para se fazer isso? E a reclamação dos Comitês eu acho profunda porque como
405 os órgãos que participam desse processo não foram consultados
406 exaustivamente, não foram escutados? Em reuniões não só de chegar e fazer
407 uma apresentação, mas escutar a proposta e compor. Eu acho que, para se
408 chegar até esta Câmara, a base tem que estar bem discutida ou nós vamos ter
409 um processo totalmente inverso. Acho que precisa de melhoras, uma delas é o
410 absurdo que até hoje o Estado não consiga separar o recurso da cobrança do
411 caixa único do Estado. E a retenção dele tem um nome: chama criminosa. É
412 criminosa porque, na realidade, não é recurso do Estado. Então não tem
413 justificativa. Na realidade, em qualquer país do mundo, seria caso de prisão do
414 gestor responsável por isso. É apropriação indébita. O nome disso pode ser
415 dado qualquer um outro, mas é apropriação do recurso que é público e que não
416 é do Estado. Então isso é um absurdo não se ter discutido. O governador, na
417 reunião que eu tive com ele, aceitou, junto com o secretário, fazer um estudo
418 disso, mas também isso não avançou. Mas a história já vem há muito tempo.
419 Então é preciso evoluir nesse processo. Eu tenho hoje uma Agência
420 equiparada. Por que eu tenho uma Agência equiparada? Porque o Instituto
421 Guaicuy e várias outras instituições começaram a cobrar do Estado o que ele
422 não tinha cumprido desde 97. Tinha recurso do Fhidro, tinha possibilidade de
423 alterar a legislação na Assembleia para poder se fazer ou uma Agência do

424 Estado ou um estudo mais efetivo. Então Agência de Bacia do Velhas, que
425 começou como Agência do Velhas e se tornou do São Francisco, uma Agência
426 hoje elogiada pelo trabalho que desenvolve, nasceu pela incompetência do
427 Estado em cumprir a legislação, em resolver o problema. Então são questões
428 muito sérias para ser transferida aos Comitês agora uma guilhotina. A ideia em
429 termos de educação ambiental é profundamente atingida porque, por exemplo:
430 o que é a bacia? É o melhor modelo para a gestão da água porque é o modelo
431 da natureza. Durante anos, nós estamos trabalhando isso nas escolas, na
432 cabeça das crianças, no processo geográfico. É uma evolução do processo
433 administrativo. O nosso fundador, Apolo Heringer, até dizia que o modelo de
434 gestão do Estado deveria ser adotado não o do município, mas o da bacia
435 hidrográfica, para se entender que o que se faz na nascente reflete lá na foz. E
436 se na foz se explora demais a água a nascente seca. Então existe um equilíbrio
437 a ser considerado dentro desse modelo geográfico. E é muito triste chegar a
438 este momento sem uma discussão profunda. 'Ah, está atrasado desde 2010'.
439 Com todas as mudanças políticas, não houve realmente uma sequência de
440 debate. Até me preocupa muito que já esteja aqui, com possibilidade de uma
441 DN sair, sem nenhuma possibilidade ferramental legal. Então quer dizer que eu
442 vou convocar os Comitês a fazer um movimento de base, forte, para interromper
443 o processo? Eu não sei o processo legal, não quero nem entender o processo
444 legal, eu quero entender o processo que dê a solução real da gestão de
445 recursos hídricos, uma questão em que a demanda e os conflitos começam a
446 ser mapeados em todas as áreas do Estado. É a mesma história que a gente
447 fala 'falta água na Amazônia'. Parece absurdo, mas perto das cidades as águas
448 estão contaminadas, 'não se bebe água grande', como se diz na história. Então
449 eu acho que se precisa raciocinar no processo, precisa melhorar esse passo.
450 Eu vejo nessa situação mais do que um pedido de vista, uma necessidade de
451 se repensar junto ao IGAM, junto ao governo do Estado. Esse processo não
452 deveria ser interrompido, não deveria ser recomeçado, reavaliado? Porque eu
453 acho que, do jeito que está, independente de parecer meu ou da Bruna, do
454 Instituto Guaicuy ou da Prefeitura de Araçuaí, não é isso que vai resolver o
455 problema. O processo está aqui com um erro fundamental, muito mais
456 estrutural, muito mais básico na articulação política com a sociedade, com todos
457 os usuários, prefeituras, outros órgãos de governo e a sociedade civil.”
458 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu vou pedir para o Thiago responder
459 as perguntas, porque ele está dentro da equipe que elaborou a proposta. Mas o
460 entendimento que eu tive na apresentação no CERH, que trouxe para cá,
461 quando fala que as regiões de gestão, que falam núcleo expandido da região
462 metropolitana, potencial de expansão de cana-de-açúcar, da mineração, aquilo
463 não foi aleatório, aquilo é do Plano Estadual de Recursos Hídricos, uma coisa
464 que estava lá, regional, pegando as características de cada região que têm mais
465 similaridade. Uma outra questão é que eu acho que estamos confundindo aqui a
466 Unidade Estratégica de Gestão com a Unidade de Planejamento e Gestão de

467 Recursos Hídricos. A Unidade Estratégica de Gestão, no meu entendimento, é
468 justamente para melhorar a Unidade de Planejamento e Gestão, ter um
469 processo melhor de gestão dessas unidades. Eu estou tirando do que eu
470 entendi da apresentação que foi feita no CERH. A proposta dessa Unidade
471 Estratégica de Gestão, o aprimoramento dos critérios de outorga, regiões que
472 são similares. Você pode fazer um estudo. Em vez de pagar um estudo para
473 cada lugar, paga um estudo e economiza custo nesse estudo para utilizar nessa
474 região. Vamos supor que Velhas e Paraopeba têm características semelhantes,
475 faz aqui nessa região, tem a região metropolitana aonde o estudo vai ser feito.
476 Então podemos aprimorar esses critérios de outorga nessa região dessa forma.
477 Enquadramento, ver as regiões onde é similar para criar um critério de
478 enquadramento para aquelas bacias. Avaliação do arranjo institucional da
479 Agência de Bacia, se ela pode atender mais de um Comitê. Então eu estava
480 pensando aqui nesse sentido. Eu estou colocando o que eu, como conselheiro
481 do CERH e aqui na CTPLAN, estava pensando. É a Unidade de Gestão que vai
482 dar um apoio melhor para as Unidades de Planejamento e Gestão, que são os
483 Comitês. Então estávamos unindo as regiões com características mais similares
484 sem fugir da Bacia, que é unidade regional e foge da Bacia. Mantendo a Bacia
485 como Unidade de Planejamento para que tenha uma unidade de gestão que
486 possa atender vários Comitês. É o que estávamos tentando encaminhar aqui.
487 Nós íamos começar a discussão, mas foi pedido vista. Eu vou pedir ao Thiago
488 para esclarecer as questões que foram levantadas, mas só quis deixar aqui o
489 meu entendimento.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu concordo com
490 você, a gente antevê, na apresentação, melhorias e facilidades futuras. Mas eu
491 acho que há uma falha muito grande na hora em que todo o processo não foi
492 devidamente esclarecido à base. Então surgem dúvidas, surgem questões, que
493 o Thiago vai responder, mas essas dúvidas estão presentes, senão nós não
494 teríamos tantos representantes aqui presentes. Significa dizer também que
495 muitos vieram para cá por sua conta e risco, ou seja, há uma necessidade de
496 melhoria do entendimento de todo o processo. Se nós conseguíssemos fazer
497 essa melhoria, talvez pudéssemos aprimorar pontos que são necessários sem,
498 propriamente dito, ter essa interrupção. Porque a interrupção acontece
499 exatamente pela falta de entendimento. Houve ali um terror, porque os Comitês
500 se sentiram sufocados e, de repente, aterrorizados. Foi a expressão usada
501 muitas vezes. ‘Como é que ficamos, quer dizer que interrompe?’ Então falta
502 explicação em vários pontos. Não é explicação aqui na Câmara, é explicação na
503 base, no entendimento, na construção de entendimento, na construção de um
504 processo de gestão mais eficaz. Porque para mim a palavra primeira foi que o
505 Estado falhou no seu processo de gestão. Está precisando melhorar? Não tem
506 dúvida, mas nós precisamos construir esse processo de gestão em um
507 entendimento coletivo.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É exatamente isso,
508 não deixa claro aqui na proposta como será. Então é o que gera a nossa dúvida
509 para modelagem, se vai aglutinar, se não vai, ou se vai ser uma unidade que vai

510 representar, e o Comitê vai continuar como base. São exatamente essas
511 questões que nós queremos trabalhar.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira:
512 “No documento, naquela apresentação, ficam exatamente alguns pontos em
513 que fica claro como unidade para implementação dos instrumentos, mas em
514 alguns momentos dá a entender que vai haver uma agregação de Comitês, de
515 UPGRHs. Então na leitura que fazemos aqui, em alguns momentos, dá a
516 entender que vai haver uma aglutinação e que vai prevalecer aquele
517 agrupamento. Eu acho que talvez isso tenha que ficar um pouco mais claro e
518 bem definido.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Só para refletir: o que
519 veio primeiro, UPGRH ou Comitê, no Estado? Precisava de UPGRH para
520 Comitê? Nunca precisou. E onde está escrito que têm que ter um ou dois ou
521 nenhum Comitê por UPGRH? Isso é questão legal, não estamos discutindo
522 aqui, já foi respondido de cara. Não é competência do Conselho revogar
523 decreto. A primeira questão é legal. Ou alguém discorda disso? Eu acho que
524 ninguém vai discordar disso? O que o Plano Estadual tem de competência?
525 Definir divisão hidrográfica do Estado para o gerenciamento compartilhado. É
526 isso, é a proposta de deliberação que foi colocada, e eu creio que poucos leram.
527 Porque, no aspecto em que está colocado, está muito claro: define as unidades
528 estratégicas para implementação dos instrumentos de gestão. É isso que está
529 colocado. Eu acho que falta uma clareza para um temor prévio de algo que
530 legalmente é impossível de ocorrer, é o Conselho, por meio de uma deliberação,
531 decretar o fim da instituição Comitê. É isso que me preocupa, até pela forma
532 como as pessoas estão fazendo a leitura, porque é muito claro isso. Não cabe
533 ao Conselho revogar decreto, isso é norma mínima de direito, que é base, não
534 precisa ser advogado para compreender. E aí fazer só uma colocação. Eu
535 escutei a gravação do Fórum esses dias para buscar algumas questões. Eu não
536 coloquei em nenhum momento que eu iria descer a todos os Comitês e discutir.
537 Só para ficar claro. Eu mencionei, claramente, que a proposta estava no
538 Conselho, que é o competente para discutir dentre as Câmaras. Então só para
539 dar clareza, porque houve esse apontamento, e isso está gravado. Até
540 pegamos as gravações do Fórum para ver outras situações de falas nossas
541 para ver se teve equívoco, principalmente da Marília, no anterior. Mas vamos a
542 algumas discussões aqui. A questão da remodelagem. Primeiramente, eu acho
543 que é muito importante colocar. É sempre colocado – e eu estou até com o
544 ofício do Fórum – que o problema é o Estado. O Comitê é um órgão de Estado,
545 eu acho que então o problema foram governos. Eu acho que tem que se dar
546 essa clareza, porque o Comitê é uma instituição, um ente de Estado. Como o
547 IGAM é um ente de Estado. Houve problemas com questões de governo. É só
548 para dar essa diferenciação, porque o Comitê é um órgão público criado e
549 definido pelo Estado e nomeado pelo próprio Estado. Ou eu estou errado aqui
550 também. Só porque não temos que nos colocar como instituição à parte. Aqui
551 se coloca bem claramente isso. Outra questão que é colocada é a questão de
552 base científica. Se um Plano Estadual não é base científica, o Zoneamento

553 Ecológico-Econômico, o PMDI, os Planos de Bacia, isso é falta de base
554 científica, então nós temos que rasgar os Planos porque não são base científica
555 para nada, essa terminologia é uma falácia. Ontem, mesmo nós apresentamos
556 o Plano de Bacia como base do Programa Somos Todos Água, que eu estava
557 discutindo com o Procópio. É base não só para definição de áreas prioritárias,
558 como também como o plano de ação para essas áreas. Então é base científica,
559 isso não saiu. Eu acho que poucas pessoas já leram o Plano Estadual, que tem
560 quatro volume de um resumo executivo. Dentro dos quatro volumes, há toda a
561 discussão técnica para definir todas as propostas que o Plano Estadual traz. O
562 Plano Estadual, por exemplo, traz a definição entre 30 e 50% da Q7,10 como
563 vazão outorgável. Tudo como uma base técnica de discussão, aprovada pelo
564 Conselho, que é o ente competente. Então essa questão de base científica nós
565 perdemos muito a qualidade, principalmente no conceito da terminologia. O que
566 é colocado como terminologia para essa definição de regiões de gestão é
567 baseado em usos preponderantes, não é uma questão de mercado, é o uso que
568 se prepondera dentro do universo de diagnóstico e prognóstico daquelas áreas.
569 E uso preponderante dentro da Política de Recursos Hídricos é muito claro, uso
570 preponderante é a base para a definição de enquadramento corpos d'água, que,
571 na minha opinião, é o instrumento mais estratégico que existe em uma Bacia
572 Hidrográfica. Usa a mesma terminologia, porque o enquadramento visa
573 atendimento do uso preponderante, não prioritário. E aí a questão técnica do
574 entendimento. Ainda discussão sobre o uso e tratar as regiões vinculadas ao
575 uso é uma questão básica também, porque é o uso que paga pela cobrança. Ou
576 eu estou equivocado? Tanto que toda a estratégia dos modelos de cobrança
577 que avaliamos hoje, a discussão é a revisão do modelo de cobrança, que o
578 próprio Procópio colocou aqui sobre a defasagem. E avaliamos que alguns
579 modelos de cobrança hoje são inaplicáveis, não dão o valor real e econômico da
580 água. Então tratar as regiões com vistas aos usos preponderantes não é
581 equívoco algum. Sobre a questão de extinção de Comitê ou não, para muitos
582 que não sabem, o Comitê do Verde Grande é um Comitê integrado ou unificado
583 – eu posso estar equivocado quanto ao termo – por decreto governamental da
584 União. Caberia uma DN do Conselho revogar? Não. É um equívoco de
585 entendimento. A proposta em discussão, eu faço analogia do que eu apresentei
586 ontem aqui no Conselho, que foi aprovado, não por unanimidade, porque o
587 Ministério Público se absteve, como sempre se abstém nessas discussões, o
588 que é mérito dele. Foi a proposta da revisão do uso insignificante para
589 acumulação no Norte de Minas. É uma questão regionalizada. Foi aprovada por
590 unanimidade na CTIL, na CTIL e na Plenária, exceto pelo Ministério Público,
591 que é uma questão padrão mesmo de não se manifestar sobre essas
592 discussões, porque é uma discussão de critérios regionalizados, que é a
593 proposta que está aqui em discussão. Não tem nada indiferente nisso na
594 proposta, até porque é uma deliberação extremamente reduzida. O
595 entendimento de contrapropostas que foi solicitado é para visualizar, com bases

596 mais atuais, se há uma outra proposição de aglutinação de territórios com vista
597 à implementação dos instrumentos de gestão. É isso que está em discussão
598 neste momento. É só para deixar essa clareza. E volto a falar, deliberação não
599 revoga decreto. Os Comitês existem antes de UPGRH. Ou estou equivocado? O
600 Velhas é de 98, a Deliberação é de 2002, a DN 6, que estabelece as UPGRHs.
601 Eu não estou entendendo essa lógica. Neste momento de discussão, é isso que
602 está sendo trabalhado, é isso que teve uma nota técnica de base e é isso que
603 tiveram as propostas.” Marcus Vinícius Polignano/CBH Velhas: “Eu só quero
604 reforçar o seguinte. O fato de ter sido um Plano Estadual não diz dele também
605 que é um produto acabado e absoluto. Quando falamos, por exemplo, pegar o
606 Norte de Minas e falar que é uma área prioritária de expansão minerária não diz
607 a verdade. Pegar o Triângulo Mineiro e dizer que é área de expansão de cana-
608 de-açúcar como uso preponderante, nós estamos colocando atividade finalística
609 em detrimento da questão da produção e dos usos múltiplos da água. Está
610 direcionando, e com isso não podemos concordar. A Deliberação, você vai criar
611 um ente, Thiago, eu estou entendendo o que você está dizendo, mas nós
612 vamos começar a criar um conflito. Porque você vai criar uma instância que está
613 aqui na Deliberação, item 2: ‘As diretrizes de aplicação dos instrumentos de
614 gestão se darão no âmbito da unidade estratégica’. Ou seja, se o Comitê tem a
615 competência dos instrumentos de gestão, o Edson falou bem, nós vamos criar
616 no mínimo uma instância de conflito. Eu não entendo como isso vai ajudar a nos
617 tirar do impasse em que nós estamos. Eu acho que nós temos que discutir e
618 proponho, não tenho nenhum problema de enfrentamento: vamos discutir o
619 Sistema no todo. Onde é que está falhando o IGAM, onde está falando o
620 Comitê, onde podemos nos estruturar. Nós não estamos fugindo do debate, eu
621 acho que nós só estamos correndo um risco muito grande, porque do jeito que a
622 Deliberação está ela abre um espaço absolutamente incompreensível de qual a
623 competência dessas instâncias. Nós vamos criar mais uma instância, que vão
624 concorrer entre si, e aí nós vamos ter mais problemas de conflito nesse
625 processo. Então eu volto a insistir, acho que uma boa proposta, aqui tentando
626 ser o mais democrático possível, seria suspender um pouco essa discussão. Eu
627 não tenho nenhum problema em debater, Odorico, nós já debatemos em outros
628 momentos, não tenho nenhum problema no debate. Queremos chamar os
629 usuários. Vamos chamar órgãos de Estado, vamos chamar representantes de
630 Fórum e vamos fazer um encontro aqui para discutir e até, se for o caso,
631 acordarmos algumas questões que seriam interessantes no processo. Agora, o
632 que não dá é um processo desse vir dessa forma, de uma forma que vai nos
633 colocar, a meu ver, muito mais em atrito do que na tentativa que eu entendo,
634 muito respeitosamente, que é a sua intenção. Eu não acho que você esteja aqui
635 nem que o IGAM esteja com intenção maldosa nesse processo. Entendo isso,
636 mas acho que nós precisamos achar um outro caminho. É para isso que eu
637 estou apelando aqui. Eu acho que se trouxermos isso aqui para o confronto não
638 vai ser bom para ninguém, não vai ser bom para o IGAM, não vai ser bom para

639 usuário, não vai ser bom para o Fórum. Eu estou fazendo um apelo: que se
640 retirasse isso, e podemos propor uma forma de fazer esse encontro para ter
641 representante de Comitê, representante de usuários e aprofundar a discussão,
642 para tentar avançar no processo. Essa é a minha proposta real. Eu não acho
643 que o confronto, nem do jeito que está aqui, é um bom caminho para resolver.”
644 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Democrático e transparente, o
645 Conselho é sempre aberto a todos. Se é da forma que não atende, mas o
646 Conselho é democrático e transparente, tanto é que vocês estão aqui hoje.
647 Ninguém cerceou o direito de ninguém a inscrição, a manifestação. Só para
648 deixar claro esse aspecto. Outra questão é de o IGAM ser remodelado. O IGAM
649 já foi remodelado desde que eu estou no órgão, desde 2009, quatro vezes. O
650 IGAM já teve a outorga, já perdeu a outorga, já teve Gerência de Agência, não
651 teve a Gerência de Agência, e voltou. Então se estamos discutindo
652 remodelagem eu acho que, dentre os entes do Sistema, ninguém foi tão
653 remodelado igual o IGAM foi. Deu resultado? Aí é outra história, mas estamos
654 remodelando para tentar aprimorar o resultado. E nós assumimos essa nossa
655 parcela da rediscussão, da revisão institucional. Agora, estamos trazendo uma
656 outra proposta de discussão que não é nossa, nós estamos extraíndo de algo
657 que é público. Se começamos a tirar de base que o Plano é de 2010, tem vários
658 Planos que já estão com 20 anos. Então vamos rasgar e não aplicar o Plano
659 dentro das discussões porque o nosso Plano foi aprovado em 2011? Porque
660 você comentou essa questão de que ele foi feito lá atrás. O do Paracatu, por
661 exemplo, salvo engano, faz 20 anos neste ano. Mas eu vou à reunião do
662 Paracatu, e eles não vão aplicar o Plano? Porque várias questões lá ainda
663 dentro do processo não foram discutidas.” Presidente Guilherme da Silva
664 Oliveira: “Como houve pedidos de vista, eu vou suspender a discussão. A vista
665 está pedida conjunta pelo Procópio e a Bruna, para a próxima reunião
666 continuarmos a discussão.” **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações.
667 **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
668 presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou encerrada a sessão, da qual foi
669 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Guilherme da Silva Oliveira
Presidente da Câmara Técnica de Planos